

UMA POLÍTICA CULTURAL REGIONAL PARA O RECÔNCAVO*

FERNANDO PEDRÃO**

Resumo

As políticas culturais são meras denominações de mobilização do Estado para apoiar o grande capital na captação de um mercado simbólico, ou refletem uma consciência social autoperceptiva, que se afirma em contraposição aos processos ideológicos que se repetem em sua forma de expressão dominada. Por isso, têm que ser plurais, já que a dominação envolve uma simplificação coercitiva do meio cultural dominado. A dimensão regional delimita essa pluralidade, ao tempo em que obriga a reconhecer cultura como uma projeção histórica da práxis. O Recôncavo é uma região de grande densidade histórica que constitui uma referência única para uma política cultural voltada para a emancipação. Os instrumentos dessa política devem ser parte de um movimento de valorização social.

Palavras-chave: Cultura; Consciência social; Processos ideológicos; Densidade histórica

Abstract

Cultural policies are mere indications of an involvement of the State to support big capital in grasping a symbolic market, or they reflect a social consciousness self perceptive, that reiterates itself as a contrary to the ideological processes that repeat in their dominated expression. Thus, cultural policies are to be plural, once domination involves a simplificative coercion of the dominated cultural environment. The regional dimension delimitates such plurality, as it

oblige to reckon culture as an historical projection of praxis. The Recôncavo is a region of great historical density, that constitute an unique reference for a cultural policy devoted to emancipate.

Key words: Culture; Social consciousness; Ideological processes; Historical density.

A concepção de política cultural regional

Entende-se aqui cultura como experiência socialmente incorporada. Cultura é predicado de coletivo. Também se entende cultura como processo de objetivização de padrões estéticos, portanto, como um atributo de classe. Assim, como diz Lucien Goldmann, a conceituação de cultura surgirá com a consciência possível e dependerá dos meios de comunicação, que, logicamente, são parte dos aparelhos de poder de classes sociais¹. O que se vê como cultura de massa será um uso massificado do poder de impor padrões culturais e não uma generalização de procedimentos culturais por parte dos dominados. Surge, daí, uma leitura de cultura como meio de dominação e como termo de alienação. O que aparece como cultura

dos dominados em grande parte é a visão normatizada dos dominados por parte dos dominantes. No entanto, como a cultura dominada na América é mais ampla, consistente e rica que a dos dominantes, esta perde espaço e é obrigada a absorver elementos das culturas dos dominados para se legitimizar.

A cultura dos dominados permeia a cultura oficial, tal como as culturas indígenas do Peru e do México aprenderam a incluir seus símbolos nas cores e nas representações de frutos, flores e de deuses dentro dos templos católicos. A cultura popular é a cultura tolerada, que se torna atrativa ao capital quando se converte em mercadoria. No ambiente social pós-escravista, onde os ingredientes do escravismo estão bem vivos, todo o universo de cultura identificada como popular é objeto de classificação e é diferenciada, mesmo quando passa à categoria de mercadoria desejada. Em todas as sociedades latino-americanas o universo cultural é, por excelência, o universo da discriminação.

O desafio de discutir, propor e por em prática uma política cultural na Bahia é, basicamente, também o

* Uma versão inicial deste ensaio foi elaborada em 1997 como parte de um conjunto de estudos para planejamento regional, que foi descontinuado, tal como diversos outros trabalhos sobre a economia e a sociedade baiana. Esta versão contém modificações significativas da versão inicial, e, tal como a primeira versão, é de responsabilidade exclusiva do autor.

** Docente livre e doutor pela UFBA, diretor geral do Instituto de Pesquisas Sociais, professor da Universidade Salvador e da Faculdade Integrada da Bahia.

¹ Lucien Goldmann, *A criação cultural na sociedade moderna*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. Para Goldmann a ação cultural é inseparável da vida econômica e política. Diz ele que "A ação cultural está, mais que nunca, condenada a permanecer estéril se separada da ação econômica, social e política...mais que nunca não poderia ser bem sucedida luta pela tomada de consciência..." (p.31).

de criar uma política cultural regional, isto é, uma política social que incorpore as referências sociais e históricas regionais, e não as de uma política regional, isto é, que a política cultural seja pautada pelas características sócio-econômicas, sociopolíticas e socioculturais da região e não por um voluntarismo externo. A política cultural regional assumirá o papel de uma ideologia comunicacional, reinventando papéis e atores, atribuindo novo *status* aos personagens excluídos da sociedade, mas que são participantes irredutíveis do corpo social da região.² A política cultural terá que partir dos elementos essenciais da sociedade na região, que são as famílias

Para desenhar uma política cultural é essencial perceber os **modos de comunicação**, tanto como os **meios de comunicação**, já que os diferentes grupos sociais desenvolvem uma capacidade própria de usar os meios de comunicação e com diferentes efeitos na sociedade em seu conjunto. De um lado está a linguagem e de outro lado estão os modos como a sociedade usa a linguagem.

Toda política cultural é regional, porque tem raízes em processos territorialmente situados, porque trata com experiências incorporadas à sociedade e com os produtos formais que derivam dessas experiências. Na verdade, toda vez que a política cultural encontra meios de se reconhecer ela cria nova relação sujeito-objeto com a sociedade, valendo-se de objetos reconhecidos como representativos da experiência cultural. Essa concretude tornar-se-á o local universal que permitirá comparar, por exemplo, produtos do barroco italiano com produtos do barroco português, apesar de serem tão diferentes em sua resolução estética.

O quadro regional da Bahia, isto é, a identidade regional do estado e sua constituição em diversas regiões, com significativos graus de diferenciação indica, além disso, a necessidade de registrar os movimentos de reprodução de cada região cultural e os de interação entre elas. A perda de capacidade de se reproduzir das regiões culturais está ligada à desqualificação dos objetos técnicos,³ que se tornam apenas culturais no sentido mais pobre deste termo.

Na prática, por suas características históricas, o Estado da Bahia não pode deixar de ter uma política cultural, porque frente a esses processos próprios do universo cultural, a omissão equivale a uma política de não identificação e de desatualização histórica, portanto, de negação das experiências representadas pela cultura, isto é a uma política negativa. Mas, nesse caso, qual será o significado de política cultural? Revelar e estimular a produção existente? Abrir espaço para contrastar a produção local com processos de outros lugares? Criar novas opções para o desenvolvimento do existente?

Qualquer uma dessas interpretações implica em processos educativos e de reflexão sobre a produção social de cultura, bem como em avaliações – portanto, uma discussão de qualidade – do existente. Enfim qualquer opção de política significa intervir nos movimentos de valorização social e de reconsideração dos saberes tradicionais. Nessa dimensão, a cultura encerra uma gnoseologia, isto é, é portadora de uma chave interpretativa dos saberes incorporados numa sociedade, onde a própria chave que decodifica representa valores e preferências, fazendo com que a cultura seja, irremediavelmente estética.

Algumas questões para uma política de “Zona Franca”

“Zona franca” ou área de concentração?

A expressão zona franca cultural surgiu na década de 90 de modo sugestivo mas sem maior precisão, acompanhada de alguns segundos sentidos duvidosos. Zona franca nas Américas coloniais sempre foi santuário de pirataria. A zona franca cultural provavelmente virá a ser o mesmo, se não passar por uma limpeza ideológica, que, entendemos, será o oposto necessário da limpeza étnica, porque se baseia em critérios éticos.

Num bom sentido, a zona franca será o modo de ativar um local privilegiado de intercâmbio, isto é, onde se trabalha com certos grupos de linguagem sem as travas de preconceitos de dominação. A idéia básica de se trabalhar sobre a concentração de experiências em tempo e espaço, bem como sobre as práticas e as iniciativas culturais tem um significado prático evidente, de ligar a produção cultural ao seu significado econômico, bem como a um outro significado menos evidente, que é o de trabalhar sobre os efeitos de multiplicador da intensificação de atividades em geral, tanto das ligadas ao campo cultural como das outras apenas indiretamente vinculadas a ele. Justifica-se, isso, especialmente, na Bahia, pela grande dispersão e pelo isolamento em que vive grande parte da população do Estado.

Sua denominação como zona franca, ou no sentido mais apropriado, como área de concentração, sugere dois aspectos essenciais, que são, a presença de uma política pública inteligente, capaz de interagir localmente e captar os traços de internacionalidade da cultura; e a existência de uma atividade local, significativa e prolongada, passível de ser estimulada e em todo caso, capaz de reagir a estímulos externos. Observe-se que essa internacionali-

² Ver Moniz Sodré, em *Reinventando @ cultura*, Petrópolis, Vozes, 1996. Sodré ressalta a objetividade dos processos comunicacionais nessa leitura atual de cultura.

³ Como nos diz Cornelius Castoriadis, em *As encruzilhadas do labirinto*, 1, “Seria preciso isolar o fato técnico e outro fato social, para defini-los em forma unívoca” (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp.239). Agregaremos, que o fato social sempre é técnico e sempre é cultural, mas, quando se vê como apenas cultural ele perde seu estatuto social, tornando-se um objeto separado de seu processo criador.

dade pode caminhar no sentido oposto ao da autopista da globalização do turismo; e privilegiar novos canais de fertilização cultural que signifiquem revalorização e emancipação. Não cabe pensar que uma área de concentração possa ser constituída apenas de elementos externos transplantados; ou que uma “zona franca” cultural possa surgir sem o concurso de uma produção local consciente de suas próprias possibilidades. Entretanto, a operacionalização desses conceitos envolve algumas dificuldades e qualificações, a serem expostas e superadas, que se expõem a seguir.

Primeiro, a formação “espontânea” de uma área de concentração cultural é a conseqüência da trajetória histórica de um povoamento estável e, nesse caso, portador de uma identidade marcante, que não pode ser alterada sem ter seu curso modificado. Segundo, que a concentração cultural corresponde a um certo padrão de comunicação, cujo oposto são os problemas mais agudos de isolamento. Terceiro, que a presença de uma área de concentração indica, em princípio, quais são as perspectivas mais prováveis ao seu desenvolvimento. Daí, que as possíveis intervenções sobre concentrações culturais devam reconhecer seus modos próprios de reprodução, bem como as possibilidades de incorporar elementos externos a essa reprodução.

A idéia de se estabelecer uma zona franca cultural está ligada, de algum modo, ao manejo dos aspectos de difusão e de comercialização de produtos culturais. Esses dois aspectos fornecem as principais pistas para possíveis linhas de intervenção. Há duas questões principais em torno da zona franca: Quanto dela decorrerá o poder de promover uma produção local e de atrair produtores da área cultural; e o quanto dela decorrerá o fato de poder criar-se um multiplicador regionalizado de compras de insumos e vendas de produtos e o poder de atrair produtores e compradores?

O primeiro aspecto leva a enfatizar uma concentração de produtores, em determinados pontos. O segundo ressalta o aspecto de formação de um mercado de cultura. Esse dois aspectos estão relacionados com a viabilidade econômica dessa produção de insumos e com a freqüência dos eventuais compradores desses produtos. Implicam, portanto, em soluções práticas para problemas de comercialização e difusão, compreendendo a comercialização nos locais de produção e fora da região produtora. Sugerem, portanto, a conveniência de articular essas funções em torno de uma localização principal de atividades na região produtora.

Densidade cultural e convergência de iniciativas

A densidade de atividades culturais é um aspecto essencial dessa temática, que indica a presença de um conjunto de elementos objetivos do modo de povoamento e de organização social da produção e da vida política. Assim, podem-se tomar como principais referências alguns indicadores representativos de *habitabilidade* e *acessibilidade*, considerando que o primeiro descreve as condições objetivas para que as famílias ou outros grupos se concentrem num ponto ou noutro; e o segundo indica as condições específicas ao alcance de pessoas de diferentes grupos sociais.

A habitabilidade é uma questão de especial interesse na Bahia, onde coincidem regiões, como as do semi-árido, que, vocacionalmente, tendem a modos de povoamento pouco densos; com regiões – como as costeiras – a tendência é a de abrigar um povoamento mais denso. Nas regiões costeiras, como as do Recôncavo, a maior habitabilidade coincide com uma maior densidade de manifestações culturais.

As indicações de habitabilidade e acessibilidade, mesmo quando não

suficientes, são referências necessárias, dos níveis de renda, de integração social e das condições de vida em geral em que se realiza a produção cultural. Logicamente, é muito diferente a valorização da produção cultural em países em que todos têm garantida sua alimentação e sua moradia, dessa mesma valorização em regiões em que a sub-alimentação e as carências de renda são a norma. A superação dos problemas de sobrevivência constitui uma fronteira que separa dois grandes grupos de condições de exercício da vida cultural.

Em torno desse limite inferior de condições materiais de vida e em relação a ela, colocam-se as condições de saúde e de educação, com o que elas representam, respectivamente, em termos de capacidade física e intelectual das pessoas, para produzir de modo constante e realizando produtos culturalmente significativos. Não há política cultural que não seja, também, uma política educativa, já que a transmissão de cultura é um processo educativo.⁴ Saúde e educação indicam a capacidade física para trabalhar e para aprender, portanto, para aprimorar a produção. Logicamente, *políticas integradas e regionalizadas de saúde e educação devem ser um meio essencial de ligar o tratamento dos problemas mais graves de sobrevivência ao de habilitação de pessoas no campo da produção cultural.*

Frente a esses elementos indicativos de *potencial de trabalho*, em quantidade e em qualidade, coloca-se o relativo às iniciativas no campo cultural. Aqui há dois aspectos a considerar: as iniciativas que surgem como parte do processo de reprodução social, no que ele se materializa em formas operacionais e que são locais ou regionais; e as iniciativas desprovidas dessa espacialidade, sejam elas provenientes de decisões de empresas ou da esfera pública.

⁴ A esse respeito cabe ver os ensaios de Dermeval Trigueiro Mendes, *Existe uma filosofia da educação brasileira?* e o de Alfredo Bosi *Cultura brasileira*, em *Filosofia da educação brasileira* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998) que, em seu conjunto, bosquejam essa relação orgânica entre educação e cultura a partir de uma leitura crítica da práxis educativa.

“A eficácia das iniciativas culturais dependerá de como elas se desenvolvam em relação com elencos específicos de reações positivas e negativas.”

Cultura torna-se um modo de criatividade e a atividade cultural torna-se um processo reflexivo, pelo qual se exerce uma crítica de tudo que é estabelecido. É o processo pelo qual a música e o cinema tendem a produzir objetos que confrontam com as formas estéticas aceitas.

Para avaliar esse problema, o conceito de espacialidade, bem como o de região, são fundamentais. As estratégias de sobrevivência e poder dos diversos grupos permanentes e de habitantes temporários de cada região, resultam em padrões mais ou menos dispersos, ou com convergência previsível ou acidental. Por exemplo, a definição de um padrão anual de festas ligadas ao solstício de inverno ou a um calendário religioso, que determinam um padrão estacional de produção cultural; ou uma série de eventos, que também atraem a produção cultural, empreendidos com a aleatoriedade de programas de trabalho de curta duração.

No caso do Recôncavo, essa espacialidade está marcada pela predominância, quase absoluta, de residentes, que dão às diversas pequenas sub-regiões, como as dos manguezais, da mata fina, ou da planície de Santo Amaro, algumas peculiaridades que produzem certos traços e matizes próprios à produção cultural, que para esses fins são essenciais. Quanto mais de perde se olha, mais diversidade se encontra.

A convergência de iniciativas, previsível ou incidental, deve ser

avaliada frente ao fato de que as atividades culturais têm que ser vistas como experiências, isto é, como atividades que transcorrem no tempo com certa duração. Significa, que a possível eficácia das iniciativas deve ser inferida de sua convergência e da densidade que elas alcançam em tempo e espaço. Na prática, a regionalidade das iniciativas faz com que se procure alcançar essa eficácia em programas regionais, aproveitando os aspectos de identidade de cada região.

Pontos de apoio, zonas neutras e focos de resistência

As iniciativas de política cultural não acontecem em espaços sociais neutros, mas em ambientes sociais em que elas interagem com comportamentos que lhes são favoráveis, com outros que lhes são indiferentes, bem como, onde encontram focos de resistência. Por exemplo, o pequeno transporte aquático e as feiras livres favoreceram o uso generalizado de cerâmica utilitária, enquanto a difusão da comercialização por caminhoneiros independentes contribuiu para a substituição dessa produção artesanal por produtos da indústria de bens de consumo enviados de longas distâncias. A eficácia das iniciativas culturais dependerá de como elas se desenvolvam em relação com elencos específicos de reações positivas e negativas.

As principais resistências decorrem da desqualificação da produção cultural, dada por concepções negativas dos valores incorporados nessa produção, compreendendo preconceitos e opções estéticas; e por tendenciosidades incorporadas nos meios de divulgação, cuja subordinação a estereótipos ou a padrões legitimados como oficiais. A cultura negra tornou-se distintiva do Recôncavo, mas sempre foi estigmatizada como cultura de escravos ou de pes-

soas de menor expressão social, oriundas da escravidão. Essas resistências podem ser exemplificadas, nas preferências por cores, estilos residenciais e modos de linguagem; no modo como a produção cultural é tratada pela divulgação – em que há uma pré-seleção, tácita, do que é aceitável no contexto culto e do que só é aceitável enquanto exótico; e, finalmente, em classificar os diversos itens de produção cultural em função de um dado padrão – roupas francesas ou italianas, música popular norte-americana etc – frente ao qual haverá produtos compatíveis ou não compatíveis.

A busca de condições favoráveis para as iniciativas culturais terá, portanto, que partir da revalorização dos sujeitos culturais, o que equivale a registrar os aspectos de diversidade e de desigual interação entre os diferentes integrantes dos processos sócio-culturais, em suas respectivas localidades. Posta em suas verdadeiras raízes processuais, a política cultural tem um conteúdo antropológico, que representa a subjetividade do corpo social como tal, em sua constituição histórica.⁵

As Alavancas da Política Cultural Regional

Instrumentos conceituais e operativos

É necessário, aqui, pensar em instrumentos conceituais, porque a compreensão dos processos culturais é um poderoso meio de intervenção, na medida em que ao ser socializada, resulta em modificações no modo de tratar as manifestações culturais e de conceber intervenções públicas e privadas. Nesse caso, colocam-se os aspectos qualitativos da política cultural, aí incluídos os componentes de manejo institucional do problema e a pesquisa operacional

⁵ Essa é a dimensão na qual a dimensão cultural foi tratada por Rodolfo Mondolfo (*En los orígenes de la filosofía de la cultura*, Buenos Aires, Hachette, 1960) que identifica cultura com o poder de mobilização de atividade criadora, que envolve todos os níveis e condições sociais da práxis. Não se poderá pensar em cultura sem uma visão totalizante da educação.

a ser desenvolvida para dar suporte a projetos específicos.

Assim, o instrumental deverá ser contemplado como um aspecto vivo da política cultural; e sua gestão deverá ser uma parte explícita dessa política. Criar ou aperfeiçoar instrumentos de política é um modo de fazer política cultural, instrumental a projetos específicos. Desenvolver instrumentos de política, é fundamental no campo cultural, especialmente em situações em que se começa esse trabalho. Mas só se pode desenvolver instrumentos a partir de um pensar a totalidade regional, que é o que reivindica Maria Brandão, quando tenta reunir elementos do pensamento baiano sobre essa região, que transmitam a atualidade de um processo histórico que levou a que o Recôncavo seja a região que “perdeu a sombra”.⁶

Na prática, essas considerações levam a rever a conceituação de certos instrumentos, tais como centros de treinamento, de educação e cultura, de profissionalização, e outros, tais como bibliotecas e museus. Pretender treinar alguém é reservar-se o privilégio de ser a parte ativa numa transferência de cultura. Por exemplo, os treinamentos oferecidos pelos pragmatistas norte-americanos têm tido a virtude de esterilizar a criatividade e impor padrões estéticos medíocres como cosmopolitas. Além da escolha de uma denominação, o fundamental são as funções que se atribuem a esses órgãos e o modo como sua implantação e operacionalização, em si constitui um programa de mobilização social em torno de seus objetivos.

Os diversos aspectos da questão educativa

Dentre os aspectos substantivos da política cultural, o mais abrangente e de efeitos mais prolongados é o educativo. A questão da educação envolve a política cultural em três níveis de reconhecimento, que são: os de classificação e objetivi-

zação da produção cultural como um saber e de significado transmissível; os de qualificação dos produtores e dos serviços que lhes estão vinculados; e os de capacitação dos sistemas de comercialização e difusão. Noutras palavras, o vetor educativo deve qualificar e expandir o mercado cultural, ao tempo em que deve também criar condições objetivas para preservar o patrimônio.

No tratamento do vetor educativo, a política cultural parte de um determinado quadro referencial, objetivando resultados a médio, a longo e a curto prazo, que serão instrumentais aos anteriores. Daí, que as políticas culturais via de regra tendem a engessar a atualidade no passado, tal como Kant antecipou com sua conceituação de entendimento. A razão é poder criativo que decola do entendimento e não é um prolongamento do entendimento. Trata-se do exercício prático de uma razão que tem o poder de se separar do conhecimento estabelecido, que, por isso, desenvolve uma capacidade de ver os limites desse conhecimento.⁷

Destaca-se, primeiro, que a questão educativa não se coloca em termos genéricos, senão que em relação a determinadas situações e tendências. Na Bahia, há graves carências com tendências de agravamento, por insuficiência e inadequação do aparelho educativo, não só em seus aspectos formais genéricos, como nos específicos e profissionalizantes, e também nos científicos. Tal situação se traduz num perfil espacialmente diferenciado, com uma presença predominante de Salvador, em quantidade, opções e qualidade de serviços educativos.

Isso significa que o tratamento da questão educativa nunca é neutro em relação à questão cultural; e que o modo de resolver os problemas

“o vetor educativo deve qualificar e expandir o mercado cultural, ao tempo em que deve também criar condições objetivas para preservar o patrimônio.”

educativos no cotidiano, bem como as políticas educativas, alteram as condições de reconhecimento, portanto, de preservação de cultura. Nesse sentido, colocam-se questões tais como: quanto a educação é consciente de sua função de transmissão de cultura, ou quanto se vale de uma objetivação dos elementos culturais para realizar sua relação com os diversos segmentos da sociedade.

A visão pragmática da educação, que a toma por seu papel atual, retira o significado cultural da educação, reduzindo-a a meio de transmitir conhecimentos existentes, como se todo conhecimento pertencesse a uma única cultura.

Num primeiro momento, quando realiza o reconhecimento do acervo e do processo de produção de cultura, a educação é simples retransmissora de padrões. Mas como a retransmissão desses padrões se faz mediante padrões já internalizados no sistema educativo, ela não se torna neutra, passando a introduzir interpretações, portanto, valorações das diversas camadas do que se acumulou ao longo do tempo. Noutras palavras, *o próprio modo de educar é uma manifestação cultural, onde se re-*

⁶ Ver a argumentação apresentada por Maria Brandão na sua introdução ao volume intitulado *Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição* (Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998).

⁷ Emmanuel Kant, *Crítica da razão pura*, Buenos Aires, Losada, 2 vols. 1958.

“ A modernização representa uma desestruturação das formas pré-industriais de produção. ”

produzem elementos aportados pela tradição e entram elementos produzidos por relações interculturais. Por isso, ou a educação é uma metacrítica ou é uma simples administração de formas superadas.

Assim, no que se constitui em processo de alteração consciente dos saberes organizados, a educação tem conotações culturais, que entram até no modo de transmitir conhecimentos codificados, tal como ocorre com o ensino da História e da Sociologia. Uma e outra têm que se renovar para manter sua capacidade de interpretar. Por isso, o trabalho de crítica estende-se, também, ao modo como o sistema educativo percebe os saberes tradicionais e os não oficializados, em geral.

Essa característica transmite-se, adiante, no que o processo educativo reverte em elencos de conhecimentos gerais – de aplicabilidade não conhecida – e de conhecimentos específicos, cuja execução tem que ser aferida. Tal aplicabilidade se vê na prática. Por exemplo, o emprego da medicina popular ou tradicional, vista por sua real eficácia e por ser um meio ao alcance da população local.

Assim, a educação culturalmente consciente, tem que manejar conteúdos programáticos, pedagógicos e relações com usuários, de modo consistente com uma dada compreensão da reprodução social e da formação cultural. Isso tem duas conseqüências: a de organizar o planejamento educativo em combinações básicas e especializadas e a de gerir técnicas e práticas, que resolvam os problemas de qualidade e de ade-

quação dos programas educativos aos meios em que eles são realizados. Torna-se, portanto, necessário observar o sistema educativo em seu conjunto, em seu perfil regional, considerando que qualquer iniciativa de fato significa uma alteração de uma estrutura educativa regional, que se procura dotar de novos atributos e nova capacidade de alavancar um público básico maior ou mais significativo e com produtos mais relevantes.

A questão da produção familiar

Na Bahia, como em outras grandes regiões desigualmente modernizadas e industrializadas, coexistem processos de transferência de valores, junto com os de tecnologia, bem como processos de desvalorização do trabalho, junto com os de renovação das demandas de qualificação dos trabalhadores. A modernização representa uma desestruturação das formas pré-industriais de produção. Massificação de consumo e substituição de produtos artesanais por indústrias, significa desqualificação de produção tradicional, em itens equivalentes. Por extensão, a modernização significa a desqualificação das formas simples de produção, especialmente da produção artesanal.

Ambos aspectos atingem um ponto fundamental da produção cultural e de sua sustentação na reprodução da sociedade econômica local, que é a produção familiar. Trata-se do modo de produção pré-capitalista, que é absorvido pela produção capitalista e, por isso, passa a produzir segundo seus ditames. A visão marxiana de modo de produção envolve esse sentido organizacional e essa constante subsunção

do pré-capitalista pelo capitalista.⁸ Por isso, não tem sentido tratar da produção cultural sem entrar no mérito de como ela é realizada. E a produção cultural em seus aspectos diretos e imediatos não é industrial, mesmo quando usa insumos industriais. A organização familiar abrange atividades reconhecidas como rurais e outras tipicamente urbanas, mas com muitas sobreposições e dificuldade de separar o componente rural e o urbano de cidades de pequeno e médio porte. Trata-se de duas questões básicas: a organização familiar na quase totalidade dos campos da produção cultural; e sua validade como referência para programas de desenvolvimento regionalmente definidos e culturalmente orientados.

Diversos estudos sobre a pobreza, especialmente sobre a Bahia, mostram que a organização familiar é essencial, para a reprodução dos grupos urbanos próximos da linha de sobrevivência ou inferiores a ela.⁹ Mostram, ainda, que a organização familiar da produção resulta da combinação de uma pluralidade de processos, que determina uma variedade de formas operacionais, que se manifestam no meio rural, nos povoados, nas pequenas, médias e grandes cidades. É uma modalidade de organização da produção, cuja originalidade tem que ser resgatada, porque pode operar com formas técnicas superadas e ineficientes, ou pode adaptar-se a soluções modernas e tecnicamente avançadas. Justamente, quando se vê a produção familiar como uma forma de organização social da produção e não apenas como uma situação técnica, torna-se possível considerar as trans-

⁸ Marx distingue a subsunção formal da subsunção real do trabalho no capital, em que a primeira é quando o capitalista se insere no processo de trabalho como dirigente e a segunda é quando o capitalista se insere nesse processo para modificá-lo e aumentar a mais valia (*Capítulo VI inédito de O Capital*, Lisboa, Moraes, s.d.)

⁹ F. Pedrão, *As raízes da pobreza na Bahia* (Salvador, Centro de Estudos Baianos-UFBA, 1984) e *Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia* (SEI, Estudos e pesquisa, Salvador, 2003). A noção de que há uma dinâmica social da pobreza está ligada à colocação da pobreza nos termos da estruturação de classes sociais, e, além disso, de examinar as características da formação de classes em ambientes em que predominam a pobreza e a falta de mobilidade dos trabalhadores.

formações da produção familiar, em que há variações de intensidade de capital e de qualificação do trabalho.

A análise das empresas mostra que a produção familiar é igualmente fundamental na estruturação dos grandes capitais rurais e na das grandes empresas, inclusive das multinacionais. No plano de regiões específicas, a organização familiar tem contornos especiais a registrar, especialmente no relativo aos grupos de baixa renda e marginalizados, pelo grande peso a ser atribuído ao modo como eles derivam vantagens dos recursos naturais locais.

Além disso, a combinação de produção e consumo no âmbito familiar é um dado fundamental de atividades artísticas e de artesanato utilitário, o que torna necessário se penetrar na organização social e técnica da produção familiar. Por essas razões, a produção familiar pode ser tomada como referência para programas culturais regionalmente definidos. Na impede de se desenvolverem programas especiais de qualificação a partir do núcleo familiar, para aproveitar tempo e competências que podem ser mobilizadas na esfera familiar. A idéia de criar mecanismos para reaproveitar tempo de trabalhadores aposentados e de resgatar mecanismos familiares de alfabetização pode ter um papel relevante em políticas que se destinem para comunidades de baixa renda e mais fortemente atingidas pela aposentadoria, tal como acontece em cidades e distritos do Recôncavo.

A análise da produção familiar em seus planos urbano e rural poderá explicar como se faz a mobilização e qualificação de trabalhadores para as atividades culturais e como encontrar canais adequados de difusão local. O tema encerra surpresas, que surgem quando se percebe que grande parte das pequenas empresas é, de fato, uma produção familiar formalizada e que produção familiar não se resume a trabalho manual pouco qualificado.

A valorização social conduzida pela política cultural

A política cultural é uma valorização ideológica de um processo cultural, através de valorização de ativos culturais e de atitudes perante a cultura. O substrato ideológico da cultura é uma resposta das necessidades dos integrantes da sociedade em sua condição de coletivos organizados. Mesmo quando há perda de autenticidade, tal como acontece com o acervo cultural da Bahia, que se torna uma mercadoria pouco definida, há uma modificação no modo como a sociedade dominante vê a cultura dos segmentos dominados da população. No ambiente social da metropolização da Bahia, determinado por uma urbanização acelerada, irregular, excludente e sujeita a retrocessos, que se realiza junto com uma contração das despesas pública e privada, acentuam-se problemas sociais de diversos tipos, que estão ligados às carências e desajustes do mercado de trabalho. As tensões que se formam, em Salvador e em sua área de influência, tornam-se as principais referências das necessidades da maioria da população, que são genericamente definidas como de emprego e renda, mas que certamente são muito mais profundas, e tratam de que uma parte da população nasce e cresce sem acesso algum ao mercado de trabalho formal.

Assim, as tensões da urbanização que são canalizadas para a metropolização representam questões muito mais complexas da reprodução social, em que *a preservação dos atores é tão importante quanto a solução de seus problemas imediatos de renda, onde, portanto, é preciso contar com políticas que os valorizem socialmente.* Nesse sentido, a política cultural tem um papel fundamental a desempenhar, que é, precisamente, de revelar

“... parte da população nasce e cresce sem acesso algum ao mercado de trabalho formal.”

alternativas de atividade que não estão diretamente subordinadas à lógica da produção industrializada, e que podem realizar-se mediante os mecanismos da produção familiar. É preciso voltar a examinar os processos de trabalho nas comunidades das favelas, em que surgem estratégias de sobrevivência dos grupos familiares numa metamorfose do trabalho, que é obrigado a se reproduzir nas condições do desemprego.¹⁰

A Problemática do Recôncavo

Justificativas de um programa regional

Trata-se aqui da escolha do Recôncavo como objeto de uma política cultural especial, que adiante deverá servir como referência para outros programas regionalizados. Esta escolha justifica-se por diversas razões. Dentre elas, destacam-se, a maior densidade demográfica e cultural dessa região na Bahia, sua posição estratégica frente à expansão de Salvador e da região metropolitana; e também, algumas novas tendências de fortalecimento dos vínculos formados no mercado dessa região, constituída em torno da Baía de Todos os Santos, reunindo as influências de Salvador, da área industrial e da concentração de infraestrutura e de mercado. Acima de tudo

¹⁰ Cabe ver a análise desenvolvida por Lucio Kowarick em sua *A espoliação urbana* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979), que focaliza nessa metamorfose do trabalho e examina algumas favelas específicas. Também, o trabalho de Marcelo Souza, *Mudar a cidade* (Rio de Janeiro, Bertrand, 2002), que reconhece o papel dos grupos familiares como sujeitos do planejamento urbano.

“... a crise mais profunda do Recôncavo é um bloqueio político, que se instalou na esteira da decadência econômica...”

esta escolha decorre de ser o Recôncavo um laboratório de análise social, como disse Costa Pinto, por protagonizar uma experiência muito especial de decadência do sistema produtivo, desestruturação de um sistema social e de viver um marasmo que se prolonga por muitas décadas ao longo de diversas políticas superficiais e de programas de desenvolvimento iniciados, interrompidos ou simplesmente descontinuados. Certamente, a crise mais profunda do Recôncavo é um bloqueio político, que se instalou na esteira da decadência econômica e que se tornou um obstáculo concreto à valorização social e econômica.

A reativação econômica do Recôncavo é, estrategicamente, essencial para o desenvolvimento do estado da Bahia como um todo, por várias razões, dentre outras, a reestruturação do mercado regional sobre o conjunto Salvador-Recôncavo, com equacionamento de seus grandes problemas de infra-estrutura, especialmente de transporte e a oportunidade de colocar os problemas urbanos de Salvador em sua verdadeira dimensão regional, colocando as políticas urbanas na escala dos movimentos locais de mercado de trabalho.

A questão de mercado interno regional coloca-se em termos do fortalecimento do mercado constituído dos grupos de rendas médias e inferiores – a grande maioria da população – cujo consumo tem um multiplicador de emprego majoritaria-

mente local. Essa população é o principal objeto dos problemas de desemprego e subocupação do Estado, assim como dos problemas de segmentação do mercado de trabalho e de desqualificação de trabalhadores. Para cada quatro empregos que se fecham na indústria na Bahia, cria-se um novo emprego, que nem sempre usa qualificações equivalentes às dos anteriores. *O fortalecimento do mercado regional passa pela criação de atividades economicamente sustentáveis, que absorvem os trabalhadores localmente formados.* Nas condições de hoje, esse objetivo só pode ser alcançado mediante uma elevação tecnológica generalizada, em todos os níveis e condições de uso de tecnologia, que é o modo de reverter a tendência que se instalou na região desde o fim do escravismo.¹¹

No relativo à infra-estrutura, a escolha do Recôncavo sustenta-se na posição estratégica dessa região, na articulação do sistema de transportes do Estado, com a ligação das estradas inter-regionais, junto com a principal capacidade portuária e de aeroportos do Estado. A expansão do sistema de transporte deverá, em todo caso, traduzir-se em aumento da capacidade instalada no Recôncavo. Mas não é um simples aumento da dotação de meios de transporte, senão do papel que os sistemas de transporte desempenham no estilo de desenvolvimento do estado em seu conjunto.

Tais elementos coincidem com o fato de ser o Recôncavo a região mais urbanizada do Estado, apesar de ter cidades que pouco crescem e que se deterioram, mas que interagem mais intensamente com Salvador que as de qualquer outra região. Desenvolver o Recôncavo é atingir indiretamente o miolo dos problemas de desenvolvimento da Bahia.

Diversidade e isolamento

Apesar de representar apenas uns 4% do território da Bahia e de estar ao lado de Salvador, o Recôncavo é uma região muito diversificada, com ambientes físicos e sociais muito marcados, pouco conhecida, com grande parte de sua população vivendo em profundo isolamento. Com algumas de suas áreas intensamente ligadas pelo sistema rodoviário, o Recôncavo sofre, entretanto, os efeitos adversos da desativação e da desorganização dos transportes aquáticos.

Os sucessivos períodos de decadência, culminando com a desarticulação do conjunto da produção açucareira e a redução da produção fumageira, não foram substituídos pela exploração e refino de petróleo, cujo efeito multiplicador pouco se fixou no sistema de produção da região. Pelo contrário, formou-se um outro compartimento da sociedade regional com uma estruturação de classes que se tornou compatível com a composição social do segmento modernizado da sociedade baiana, e, por isso mesmo, estranho à estruturação social do Recôncavo.

Nesse quadro, a reativação da economia através de aumentos da renda gerada na produção familiar, pode ser uma estratégia indireta eficiente, para modificar a formação de renda e o quadro geral de ocupação na região em seu conjunto, no compartimento de estrutura de classes que é próprio do sistema socioproductivo da produção local da região.

Marasmo e mudança

O ambiente social prevalecente no Recôncavo é de marasmo crônico, conseqüente da escassez de investimentos novos e da inabilidade das empresas locais em concorrerem fora

¹¹ Essa é uma tese que defendi em outros ensaios, especialmente em *O novo Nordeste e a ordem mundial* (Salvador, IPS, 2004), em que procuro mostrar as afinidades entre os usos de determinados conjuntos de tecnologia e a relação entre esses padrões de uso e as condições históricas de captar novas técnicas. O bloqueio tecnológico está intimamente associado à subordinação dos grupos de trabalhadores a um mercado regional onde a mobilidade do trabalho está reduzida às condições mais precárias possíveis.

do mercado regional. Algumas escasas exceções, como uma parte da agro-indústria fumageira, apenas confirmam essa regra. Diversos indicadores sociais atestam a profundidade desse fenômeno: um grave problema de desemprego, claros sinais de pobreza crítica de grande parte da população, e, finalmente, informações confiáveis de um intenso controle voluntário da natalidade.

Esse panorama está ligado a um desempenho inexpressivo da economia durante décadas. A exploração e o refino de petróleo atingiram a Bahia através de alterações do mercado de terras e o multiplicador de compras na região. O impacto no mercado de terras gerou entradas de recursos, que emigraram da região. As compras foram feitas de empresas industriais localizadas fora do Recôncavo – em Aratu, Feira de Santana e Salvador – pouco ficando na região.

Mais recentemente, o Recôncavo passou a sofrer os efeitos negativos da queda do emprego industrial, com o retorno de muitos trabalhadores que haviam migrado para Camaçari e retornaram à região. Coincidentemente, a substituição de áreas ocupadas com a cultura do dendê, e que foram transferidas para o plantio de cana de açúcar, resultou em diminuição significativa do emprego rural, assim como o fechamento de algumas fábricas antiquadas representou um desemprego urbano adicional.

As Opções de Política Cultural Regionalizada no Recôncavo

Concentração de atividades e zona franca cultural

Na constituição da política cultural regionalizada há duas referências necessárias, que, entretanto, são mutuamente limitativas. De um lado, a necessidade de alcançar a máxima concentração de medidas em

tempo e espaço, que leva à idéia de polarização, coincidente com a de zona franca. De outro lado, a necessidade de captar a diversidade de manifestações culturais, inclusive abrindo espaço para um tipo especial de fomento à chegada de colaboradores e de visitantes, o que leva a se trabalhar com uma pluralidade de pontos de intervenção. Em seu conjunto, são aspectos que condicionam a escolha de instrumentos de política, levando a procurar instrumentos adequados à situação em que serão aplicados. A eficácia de um instrumento de política depende do modo como ele é usado.

Essas restrições mútuas dos instrumentos e dos modos de uso dos instrumentos levam, portanto, a distinguir uma desejável sincronização e coordenação de iniciativas, com descentralização e flexibilidade adequadas para operar com essa variedade de experiências e pluralidade de participantes. Quando uma comunidade é mobilizada por um programa educativo ligado a suas práticas econômicas, ela é capacitada para outras atividades que não são parte de sua cultura tradicional. Nessas condições, a principal questão operacional que se coloca, refere-se a quais iniciativas substantivas podem oferecer respostas satisfatórias a essas restrições, levando à desejada dinamização do vetor cultural na região.

A primeira consideração é que o atual modo de funcionamento do Recôncavo, sua base de recursos físicos e humanos e suas perspectivas de mercado, conduzem a um trabalho com um programa integrado, operando em vários pontos e com dois centros principais em Cachoeira e em Santo Amaro, que são suas cidades mais visíveis, apesar de que essa escolha não pode significar a exclusão de outros pontos de referência.

A segunda é que o referido programa deverá abranger as diversas linhas de atividade cultural, para contar com a maior massa crítica inicial possível. Terá, portanto, que par-

tir de uma combinação do atual elenco de produção cultural local com uma atividade de fomento, que deve funcionar como atrativa de qualificação em todos os níveis, desde o dos artistas detentores de treinamento formal até o dos artesãos que são seus complementares ou que operam em forma paralela.

A terceira consideração é que, dada a precariedade do conhecimento organizado sobre esses temas, o programa cultural terá que funcionar como aglutinador e difusor de experiências regionalmente formadas. Uma pergunta será, difundir o que e para quem. A política cultural tem que gerar produtos que sejam reconhecidos pela sociedade baiana, como primeiro passo para ganhar um reconhecimento nacional.

A quarta consideração sugere que esse programa deverá criar um ambiente de atividade e uma imagem, que atraiam o interesse de outros artistas e artesãos, que venham a produzir e interagir nesse meio. Outras palavras, é preciso ter projetos cujo prestígio atraia outros projetos.

Esses requisitos levam a contemplar o estabelecimento de um programa substantivo, de abrangência regional e de longa duração – necessariamente plurianual – que preencha essas funções de atração e difusão. Sua definição temática deve ser necessariamente ampla, compreendendo os aspectos de pesquisa, manejo de patrimônio, promoção, ensino e difusão em vários sentidos. A política cultural deve pensar o tempo como um modo de expressão, que revaloriza os objetos e os símbolos.

“A política cultural tem que gerar produtos que sejam reconhecidos pela sociedade baiana...”

“ O planejamento da difusão deve ter uma articulação eficiente com o desenvolvimento de um turismo seletivo, atraindo visitantes do país e do exterior. ”

Zona franca será, nesse sentido, o ambiente cultural, econômico e tecnológico, que se cria através de um programa dotado de personalidade jurídica e temática, cuja identidade permita atrair recursos e profissionais, em qualidade, diversidade e quantidades significativas, com poder suficiente para exorcizar o marasmo econômico. Mas, a criação de um programa com essas características demanda uma mobilização social complexa e duradoura, a ser desenvolvida em vários níveis, em torno de uma base inicial de informações. Nesse sentido, o objetivo geral de valorização social e cultural do Recôncavo pode funcionar como uma âncora de uma progressão de iniciativas dirigidas para criar esse acervo, organizar o debate sobre o programa cultural regional e criar o modelo institucional proposto. Tal trabalho teria, portanto, um caráter científico e cultural e de divulgação e de organização institucional, constituindo uma etapa preparatória da política cultural regional, entendendo-se que, neste caso, o Recôncavo será, naturalmente, sua primeira grande experiência, devendo, desejavelmente, tornar-se objeto de uma experiência em profundidade.

No aspecto científico cultural deverá reunir e produzir material sócio-antropológico, sócio-econômico e tecnológico, construindo base para a constituição de um acervo organizado, que será referência para uma ati-

vidade de apoio a artesãos, de atração de um público especializado e semi-especializado, estabelecendo um perfil capaz de criar interesses que combinem a formação e a difusão de conhecimento. No plano do relacionamento com a comunidade, terá os dois papéis; de agir como estímulo na sociedade local e de atrair produtores – artistas e artesãos – em condições de agir simbioticamente, portanto, criando uma capacidade instalada, entre os processos de produção artesanal, suprimento de materiais para essa produção e desenvolvimento de um mercado regional de produção semi-qualificada.

Os aspectos de difusão deverão ser contemplados sobre a escala do conjunto das atividades previstas, entendendo-se que ela deve mostrar o trabalho científico, o de apoio aos produtores, de extensão e de atração de público interessado, tanto como chegar a possíveis patrocinadores e aos meios de divulgação em geral. O planejamento da difusão deve ter uma articulação eficiente com o desenvolvimento de um turismo seletivo, atraindo visitantes do país e do exterior.

**Instrumentalização da Proposta:
Um Museu Aberto e Interativo:
uma realidade de um museu
imaginário.¹²**

O estilo de política, em discussão, requer uma ancoragem institucional; primeiro para evitar dispersão de esforços, bem como a repetição de ações intermitentes, cujos efeitos se percam, ou que não tenham a duração suficiente para ganhar visibilidade. Torna-se necessária uma instância institucional capaz de gerar iniciativas próprias e funcionar como referência de uma diversidade de projetos – de variadas durações – a serem desenvolvidos com artistas

e artesãos, em pesquisa e em contato com o público e, além, em condições de cuidar do acervo cultural, tecnológico e ambiental. Igualmente, uma grande convergência de esforços, envolvendo o governo estadual, os municípios e órgãos da sociedade civil.

Esse perfil de funções corresponde ao que se pode entender como museu, especialmente, como *museu antropológico, histórico e cultural*. Mas se interpreta como um projeto dinâmico, isto é, cuja constituição compreende a realização de uma série de tarefas, desde a definição detalhada do projeto, à elaboração de projetos específicos, ao levantamento do material que deve alimentar suas atividades e à definição dos vetores de atividade, de apoio à produção, definição de módulos tecnológicos, assistência técnica e divulgação. Essa entidade deverá trabalhar com sub-programas permanentes, compreendendo um sub-rogam para cada uma das principais áreas de atividade cultural, um sub-rogam de documentação, outro de eventos, outro de publicações e outro de divulgação.

Nas condições características do Recôncavo, esse museu, deverá ter uma sede principal – provavelmente em Cachoeira ou em Santo Amaro, com uma forte presença nessas duas cidades – e fazer opções, entre escritórios em outras localidades e unidades móveis, que lhe permitam chegar aos produtores. Programas educativos que associem teatro e cinema com cultura geral e educação técnica tenderão a operar mediante unidades itinerantes, que, passam a desempenhar a função de recolher material e desenvolver pesquisas.

Entre suas atividades, o programa deverá ter uma coleção de objetos representativos da produção cultural, uma coleção arqueológica, um centro de documentação e publicações, uma sala de exposições e even-

¹² A referência a Malraux é necessária. Todo museu se recria pelo olhar de quem o vê, pelo que todo museu é imaginário e real ao mesmo tempo. Sua materialidade envolve possibilidades culturais tanto como constitui o material de uma arqueologia do saber, que se renova mediante a alteração do sujeito.

tos públicos, uma sala de aula e um espaço aberto para exposições e concertos espontâneos. Um dos pontos mais fracos da estruturação dos estudos sociais na Bahia é a falta de pesquisas arqueológicas e a falta de pesquisa histórica de longo alcance. É notório que os estudos de história tenderam a girar em torno do século XIX, com incursões esporádicas em períodos anteriores.

Deverá, também, fomentar a realização de pesquisas universitárias – dissertações de pós-graduados e monografias de graduados – sobre temas do Recôncavo, que enriqueçam o conhecimento da região, bem como promover trabalhos em cooperação com comunidades locais, especialmente no relativo à produção familiar e aos seus resultados em termos de produção cultural.

Assim, deverá ser uma referência estável para visitantes de diversos tipos, devendo ganhar a legitimidade de ser um centro congregador de produção, ponto de divulgação e de consulta, onde os diversos tipos de produção cultural possam encontrar apoio mútuo. Será, por isso, um ponto de ruptura entre as possibilidades de leitura do passado reconhecido em ligação com o passado que se nega mediante estratégias de memória seletiva.

Atrair talentos e produtores de fora é fundamental, dentre outras razões, para criar um dinamismo que supere as limitações hoje impostas pela pobreza da região e pelo ambiente de marasmo econômico. Observa-se que uma das principais dificuldades, para injetar um novo dinamismo na região, é a escassez de trabalhadores adequadamente treinados, ligada à fragilidade do sistema educativo para gerar essa qualificação.

No mesmo sentido, é fundamental a articulação entre produção cultural e pesquisa tecnológica, neste caso aplicada à produção familiar e como componente de apoio para as diversas linhas de produção regionalmente concentradas. A pesquisa

tecnológica sempre parte dos dados materiais de cada realidade social. Aqui se precisa de um estilo de pesquisa tecnológica capaz de resolver problemas da produção e do consumo de uma sociedade empobrecida.

Mapeamento Regional do Programa

Cada uma das linhas de atividade constitutivas da produção cultural tem um padrão de distribuição espacial, entre as cidades, os povoados e o meio rural; e as pessoas nelas envolvidas movem-se entre seus lugares de moradia e de produção, aos locais onde vendem, ao público ou a intermediários. Desse modo, forma-se um tecido de localizações e de interdependências entre elas, com circuitos de movimentação dos participantes da produção.

O programa deverá realizar-se através de sub-programas, para cada tipo de produção cultural, com um mapa de atividades de cada uma delas, a ser levantado a partir do padrão atual, considerando pontos preferenciais de fomento e fazendo um recenseamento dos atuais produtores.

A espacialidade da política cultural é fundamental, porque ela deverá concretizar-se em sub-programas e projetos, com localizações definidas pelos locais da produção tradicional, e considerando as melhores opções de comercialização. Assim, a localização de um centro operacional principal deverá servir, também, como ordenadora dos diversos projetos, com suas respectivas localizações.

Comercialização e Difusão

A principal diferença entre o estilo de operação das grandes empresas e o da produção artesanal e familiar é o controle do trabalho através do controle da comercialização. Por isto, este programa cultural de-

“ A espacialidade da política cultural é fundamental, porque ela deverá concretizar-se em sub-programas e projetos... ”

pende da formulação de um programa próprio de comercialização, de sua realização institucional e operativa. Tal objetivo depende do envolvimento de diversas entidades públicas e privadas, para agir em torno de um programa substantivo – o do museu, ou de uma instituição equivalente – de modo a ter algo substantivo que divulgar. Por exemplo, a constituição de um sub-programa de cerâmica deve ter componentes arqueológicos, tecnológicos e organizacionais, chegando a um catálogo que possa ser divulgado. Um sub-programa de música deverá ser o equivalente, resultando tanto em eventos musicais como em artesanato de instrumentos.

A divulgação envolve um aspecto institucional, passando por convênios com prefeituras e órgãos estaduais; e um aspecto técnico e operacional, que leva, por sua vez, a buscar uma solução para os aspectos gráficos. Por esse meio, a divulgação poderá estar ligada a um sub-programa de fomento à produção literária, portanto, a somar, no escopo de diversificação do programa. Trata-se, portanto, de formular um programa preliminar, a ser progressivamente divulgado, resultando em série de eventos tendentes à operacionalização daqueles sub-programas que já correspondam a linhas de atividade já existentes na região. Na prática, isso significa começar por música, cerâmica, teatro e literatura, nessa ordem, entretanto, mediante

eventos em cadeia; e procurando ancorar cada sub-rogam em produtores significativos, que contribuam ao desejado efeito de causação circular acumulativa entre as linhas de produção cultural.

Medidas de Apoio Indireto à Política Cultural Regional

O desenvolvimento de uma política cultural tal como a indicada representa o desenvolvimento de uma capacidade local de autoreflexão emancipada. Representa a demanda um conjunto de medidas indiretas de apoio, que contribuam para criar um ambiente favorável ao seu sucesso. Mas, está claro, que a validade da política cultural é sua capacidade de expor contradições. Não se trata de criar fatos culturais isolados, senão de entender que a política cultural é uma mobilização ideológica, que contribui para identificar a revalorização social dessa região com uma compreensão de sociedade culturalmente engajada na superação da escravidão. Indicam-se, preliminarmente, algumas delas, entendendo que diversas outras poderão ser incorporadas, durante a realização da política.

Uma revisão da compreensão de política cultural. É um objetivo colateral que pode ser atingido mediante a realização de eventos em torno do estilo de política cultural, das regiões a serem consideradas na Bahia; das possibilidades de comparação de experiências, e especificamente, do caso Recôncavo. A política cultural do Recôncavo tem que ser um empreendimento da sociedade baiana em seu conjunto. É um modo de atrair opinião pública e inclusive de induzir a publicação de material periodístico e de atrair instituições não governamentais que eventualmente apoiem a idéia.

Reconsideração da produção familiar em sua real complexidade e variedade, como meio de realizar políticas culturais. A compreensão

da identidade e do modo de funcionamento das famílias surgirá de um estudo sócio-antropológico da região. A esfera familiar é um campo dinâmico, já que as condições de sobrevivência e as relações familiares. Mas constitui um núcleo que retém organização, força de trabalho e pode ser mobilizada para viabilizar economicamente a produção cultural. As famílias podem ser referências de programas educativos, tanto como podem ser depositárias de certas formas de conhecimento e de capacidade de associação.

Cultura, sociedade civil e controle político. A política cultural enfrentará, desde seu primeiro momento, o obstáculo representado pelo controle político na região, que terá que ser reconhecido como um componente da formação histórica da região, e, especialmente, de sua prolongada decadência. A política cultural não deixa nunca de ser um elemento de uma crítica política da sociedade. O processo social de produção da política cultural é um exercício de revelação da capacidade criativa da própria sociedade regional, que verterá as contradições sociais na diversidade cultural. A política cultural terá que ser incorporada pela sociedade civil da própria região para que encontre seus meios próprios de se enraizar ideologicamente como instrumento de identidade.

Convênio com prefeituras para complementação da educação básica. Criar um convênio na área educativa para vincular os programas de educação básica com a educação técnica e criar cursos especiais para qualificar os produtores da área cultural. Investir em formação em cultura geral e, essencialmente, em redirecionar a reflexão ligada ao ensino, na direção de uma compreensão historicamente adequada para valorizar a experiência da região.

Mobilização das entidades culturais da região em torno de um programa cultural unificado. A construção de uma política regional

depende de uma mobilização das entidades significativas da sociedade civil, em torno de objetivos intermediários, tais como de fortalecer as bibliotecas da região, estimular convênios que integrem entidades atuantes, culturais, educativas e ambientais, em torno de programas itinerantes que sejam reconhecidos e incorporados por todas elas. A possibilidade de criar um campo avançado conjunto de diversas universidades e faculdades, a ser utilizado em parceria, tal como se faz com programas de televisão, pode ser o modo de dar visibilidade ao objetivo geral de valorização social. A combinação de música, literatura, cinema e teatro é abordagem convergente com a idéia principal de deslocar um público que se identifique com a região.

Preparar material especial de informação sobre o Recôncavo para atrair produtores da área cultural. É preciso preparar material especial de divulgação e torná-lo acessível para os órgãos de promoção turística, inclusive contemplando a criação de programas turísticos, especiais, sobre o material informativo do Recôncavo. Se publicar é um modo de não perecer, informar é um modo de mostrar que se está vivo.

Referências

- BOSI, Alfredo, Jr., *Cultura brasileira, Filosofia da educação brasileira*, (Mendes, Bosi, org.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- BRANDÃO, Maria, *Recôncavo da Baía, sociedade e economia em transição*, Salva dor, Casa de Jorge Amado, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius, *As encruzilhadas do labirinto 1*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GOLDMANN, Lucien, *A criação cultural na sociedade moderna*, São Paulo, DIFEL, 1978.
- KANT, Emmanuel, *Crítica de la razón pura*, Buenos Aires, Losada, 2 vols. 1956.
- KOWARICK, Lluccio, *A espoliação urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- MARX, Karl, *Capítulo VI inédito de O Capital*, Lisboa,

MENDES, Dermeval Trigueiro, **Existe uma filosofia da educação brasileira?** *Filosofia da educação brasileira*, (Mendes, Bosi, org.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

MALRAUX, André, **Le miroir des limbes**, Paris, Gallimard, 1976.

MONDOLFO, Rodolfo, **En los orígenes de la filosofía de la cultura**, Buenos Aires, Hachette, 1960.

PEDRÃO, Fernando, **Raízes da pobreza na Bahia**, Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1983.

_____. **Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento**, Salvador, SEI, 2003.

PEDRÃO, Fernando. **O novo Nordeste e a ordem mundial**, Salvador, Instituto de Pesquisas Sociais, 2004.

SODRÉ, Moniz, **Reinventando @ cultura**, Petrópolis, Vozes, 1996..

SOUZA, Marcelo, **Mudar a cidade**, Rio de Janeiro, Bertrand, 2002.



O CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS OFERECE UM DOS CURRÍCULOS MAIS MODERNOS DO PAÍS!

Cursando Economia na UNIFACS você estará se preparando para montar o seu negócio, dirigir empresas e exercer, ainda, outras funções tradicionais dos economistas .

Confira com a coordenação do curso:

Tel: (71) 273-8557 / 273-8603

economia@unifacs.br

O curso agora tem duração de 4 anos e é o mais "econômico" da cidade.